

Além do desenvolvimento sustentável: as sociedades sustentáveis sob a ótica da Ecologia Profunda

Emmanuel Ramalho de Sá Rocha¹

Resumo

Aborda a comparação entre a proposta de sociedade sustentável da ecologia profunda com o modelo de desenvolvimento sustentável do Relatório Nosso Futuro Comum, de 1987. Para tanto, aborda os limites deste último paradigma e como está sujeito aos valores e premissas nocivos ao meio social, econômico e ambiental promovidos pela sociedade industrial; e assim, finalmente, expor a ótica da ecologia profunda. Desse modo, apresenta a verificação dos preceitos e valores holísticos e ecocêntricos desta ecofilosofia na construção de uma sociedade em harmonia e integrada com o meio, em oposição ao pensamento mecanicista e antropocêntrico da sociedade industrial, e conseqüentemente, do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Sociedade Industrial. Sustentabilidade. Ecofilosofia.

Abstract

Beyond sustainable development: the sustainable societies under the optics of the Deep Ecology. It's discussed the comparison between the proposal of a sustainable society by deep ecology and the sustainable development model from the 1987's Our Common Future report. It thus explores the limits of the latter paradigm and how it is subjected to the values and assumptions harmful to the social, economic and environmental means promoted by industrial society, and thus, finally, expose the perspective of deep ecology. Thus, it presents the verification of the precepts and values of this holistic and ecocentric ecophilosophy in building a society integrated and in harmony with the environment, as opposed to mechanistic and anthropocentric thinking of industrial society, and therefore, sustainable development.

Key-words: Industrial Societies. Sustainability. Ecophilosophy.

Introdução

Passada uma década do século 21, é perceptível através de publicações científicas, da cobertura na mídia, da atenção política internacional, e do enorme movimento da sociedade civil, que o grande debate neste início de século ocorre em torno da questão ambiental.

A exploração ilimitada do meio ambiente nos últimos séculos gerou problemas visíveis à qualidade de vida humana em qualquer ponto do planeta. Mesmo em uma era de globalização, não são muitos os obstáculos enfrentados pela humanidade que realmente possam se considerar planetários. Além disso, as perspectivas científicas preveem um futuro desagradável ou mesmo catastrófico em termos ambientais, ameaçando a própria continuação da vida humana e de diversas outras espécies.

É nesse contexto que surge uma nova reflexão sobre a relação homem-natureza, e das ações necessárias para evitar mais degradação e menos qualidade de vida. Assim, dentre as alternativas existentes que se propõem a modificar tal relação há o modelo de desenvolvimento

sustentável e a Ecologia Profunda. O desenvolvimento sustentável tem se estabelecido nos debates políticos, econômicos e ambientais como a alternativa mais viável. No entanto, essa abordagem se mostra insuficiente para gerar as mudanças necessárias rumo uma relação mais equilibrada entre o ser humano e o meio que o cerca. O modelo de sociedade sustentável da Ecologia profunda é uma opção menos conhecida, porém mais incisiva e se mostra mais eficaz no âmbito das mudanças necessárias.

Dessa maneira, são objetivos desse estudo expor, inicialmente, em diálogo com a ecossocioeconomia de Ignacy Sachs e José Eli da Veiga, como a visão institucionalizada do desenvolvimento sustentável representada pelo relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, é uma expansão conceitual positiva em relação à noção de desenvolvimento da economia clássica ao incluir as dimensões sociais e ambientais em sua análise, porém ainda insuficiente em promover uma sustentabilidade eficaz por estar ainda muito dependente de algumas premissas insustentáveis

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Campus I - Bloco V; Cidade Universitária, João Pessoa - PB. emmanuel.rsr@gmail.com

da economia clássica, a exemplo do crescimento econômico contínuo. E por derradeiro, apoiando-se na ecofilosofia de Arne Naess e nos trabalhos de Fritjof Capra, dentre outros, apresentar a análise dos conceitos e valores da Ecologia Profunda na construção de uma sociedade sustentável, como o ecocentrismo e o pensamento sistêmico, e, por último, investigar as características de uma economia condizente com uma sociedade sustentável sob a ótica da ecologia profunda.

Como metodologia, o trabalho faz uso de pesquisa bibliográfica. A forma de abordagem é qualitativa em função das características do tema estudado (valores, relações sociais, etc.).

Por fim, esse artigo tem como propósito contribuir com o debate acerca da sustentabilidade promovendo o questionamento de conceitos, em especial, na esfera econômica, contudo também busca ir além das discussões econômicas do desenvolvimento ao incluir a importância da mudança de valores e paradigmas culturais na construção de uma sociedade sustentável.

Expansão do Conceito de Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento na economia clássica é visto meramente como crescimento econômico, sem atentar-se aos danos sociais e ambientais provenientes desse “mau desenvolvimento”, como assim o chama Ignacy Sachs. Contudo, no século XX deu-se início ao questionamento desse conceito, na busca a um conceito de desenvolvimento mais completo e eficiente. Em suas análises, Sachs (2004; 2007) nos faz lembrar que na busca pelo desenvolvimento é necessário incluir a dimensão ética à economia, e como resposta aos anseios da sociedade civil.

Porém, antes de continuarmos o debate acerca da expansão do conceito de desenvolvimento, é essencial analisarmos o próprio conceito. José Eli da Veiga (2006) trata dessa questão, e à pergunta “o que é desenvolvimento?”, ele responde que há três tipos: o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico; o desenvolvimento como manipulação ideológica; e por último, o que ele chama de “caminho do meio”, mais complexo e desafiador, porém o mais adequado. E para fundamentar essa visão ele utiliza das análises do ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, o indiano Amartya Sen, mais especificamente na série de conferência intitulada Desenvolvimento como liberdade. E sobre isto, Eli da Veiga diz:

[...] a expansão da liberdade é vista por Amartya Sen como o principal fim e o principal meio

do desenvolvimento [...] O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. (2006, p. 33-34).

Outra maneira coerente de conceituar desenvolvimento exposta por Eli da Veiga e, de certa forma, similar à de Amartya Sen é quando se assimila liberdade com possibilidade de escolhas, é aquela apresentada de forma geral nos relatórios anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, afirmando que “O desenvolvimento tem a ver [...] com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas” (VEIGA, 2006, p. 81).

E assim, o caráter central do desenvolvimento, e que o diferencia em essência ao crescimento econômico, é a objetividade em alcançar resultados qualitativos nas condições de vida, mais que quantitativos, assim como demonstra Celso Furtado (apud VEIGA, 2006, p. 81) ao explicar que para haver desenvolvimento é necessário um projeto social subjacente ao crescimento econômico e que priorize a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

E então, tendo definido desenvolvimento de forma coerente com os debates mais atuais acerca do tema, podemos seguir com a análise de sua expansão, o chamado desenvolvimento sustentável. Como é percebido através do que já foi explicado neste trabalho, o conceito de desenvolvimento passou por inúmeras expansões, partindo do significado simples e limitado de crescimento econômico até representar um paradigma que incluía mais que um viés econômico, como também um social. A expansão a ser analisada a seguir traz um novo viés, o ecológico.

Enquanto o debate acerca do desenvolvimento mostrava desilusões e certo enfraquecimento durante a década de 60, a partir do mesmo período o movimento ambientalista ganha força e traz novos argumentos e o ânimo necessário para manter viva a discussão do desenvolvimento. O termo “desenvolvimento sustentável” foi utilizado pela primeira vez por W. Burger em 1979, no texto intitulado A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento, então, passou a ter proeminência com a afirmação da World Conservation Strategy de alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da conservação dos recursos vivos, e se afirmou com

a publicação do Nosso Futuro Comum, em 1987 (VEIGA, 2006).

Ele traz uma perspectiva claramente otimista, buscando assegurar o progresso humano e o crescimento econômico, porém considerando a sustentabilidade dos recursos naturais e a sobrevivência da humanidade. A definição de desenvolvimento sustentável exposta pelo Nosso Futuro Comum é: “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Contida nessa definição, o Relatório define dois conceitos-chave, o de necessidade, prioritariamente a dos pobres do mundo; e os limites do estágio tecnológico e organizacional social imposto ao meio ambiente.

O relatório Nosso Futuro Comum (1987), embora extenso e detalhado, procura estabelecer um conceito mais consensual de desenvolvimento sustentável, para que possa agregar o maior número de apoiadores e impulsionar o processo de institucionalização do mesmo. O objetivo é alcançado, e, assim, permite que a maioria dos debates, projetos políticos e conferências subsequentes aconteçam em volta de uma mesma estrutura teórica acerca do desenvolvimento sustentável, e facilite a sua precisão e aplicação.

Limites do Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável mostrou ser um avanço conceitual, abrangendo dimensões sociais e ecológicas, além da econômica. No entanto, ainda apresenta diversas limitações, e na crítica ao desenvolvimento sustentável há aspectos exclusivos deste paradigma, mas em sua maioria aspectos provenientes das teorias de economia clássica e suas derivadas, as quais o desenvolvimento sustentável mantém. Porém, por haver diversas conceituações de desenvolvimento sustentável, para facilitar na análise crítica a este paradigma, foi escolhida a definição formulada no manifesto de 1987, Nosso Futuro Comum – Relatório Brundtland – por ser a definição mais amplamente aceita.

Provavelmente, a crítica mais comum ao Relatório é que a definição de desenvolvimento sustentável apresentada por ele é vaga e imprecisa, possibilitando as mais variadas interpretações, até mesmo aquelas que não condizem com o paradigma da sustentabilidade ambiental.

segunda crítica seria ainda crer que a procura pelo lucro e pela lógica do mercado continuam sendo a melhor opção para alcançar o bem-estar social, já que “[...] parece enxergar os

problemas ambientais como meros defeitos na alocação de recursos que poderiam ser corrigidos por meio de taxações específicas” (VEIGA, 2006, p. 196). Isso se deve à prevalência conservadora do conceito ditado pelo *mainstream* economicista, e quando o Relatório diz que “[...] tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico” (CMMAD, 1991, p. 9) fica ainda evidente o interesse em estabelecer o crescimento econômico como objetivo central através do desenvolvimento sustentável (CASTRO, 2007).

O Foco Econômico: O Crescimento e o PIB

Mesmo já tendo superado a visão reducionista de desenvolvimento como crescimento econômico, o paradigma do desenvolvimento sustentável ainda é predominantemente marcado pela influência econômica, mais que social ou ambiental. Esse domínio da economia na definição de desenvolvimento sustentável é confirmado por dois teóricos brasileiros, Marcos Nobre e Maurício Amazonas, que dizem,

Mais do que isso, é o *mainstream* da teoria econômica, a teoria neoclássica em sua vertente ambiental, a teoria hegemônica na determinação do que seja o DS e, por consequência, do que seja a própria posição do meio ambiente na prática política, social e econômica. E isto não decorre simplesmente da posição hegemônica de que já dispõe a economia neoclássica no âmbito da teoria econômica, mas igualmente de sua posição estratégica nos órgãos de regulação e fomento de caráter mundial, como o FMI ou o Bando Mundial (apud VEIGA, 2006, p. 164).

Além disso, é no mínimo contraditório que o desenvolvimento sustentável, o qual na essência prima por uma ética e valores que conduzem à perpetuação da vida e uma valorização de coletividade, seja tão influenciado por uma corrente do pensamento utilitarista e individualista, como é a economia, mais especificamente a teoria neoclássica (VEIGA, 2006).

Outro fator a ser considerado, é que uma das preocupações do paradigma do desenvolvimento sustentável é com as condições de vida das gerações futuras que dependem de nossos atos agora, e a possibilidade que inúmeras gerações a nossa frente terão oportunidade de usufruir dos recursos naturais existentes hoje, no entanto, a economia trata da gestão de recursos no período de uma única geração, no máximo duas. Assim, fica claro que a economia está

enveredando por um campo que não é seu, portanto, não tem a devida capacidade para liderar os estudos sobre o desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2006).

Herman Daly (2005) discorre a respeito da mania de crescimento – econômico contínuo – existente na sociedade industrial. Assim como a palavra mania já denota, é um desejo que beira a irracionalidade na busca do crescimento pelo crescimento, a qualquer custo. Seja lá qual for o problema que determinado país esteja enfrentando – pobreza, desemprego, degradação ambiental – a resposta é simples: o crescimento resolve. Mesmo com a expansão da ideia de desenvolvimento, incluindo a dimensão social e ambiental, o crescimento contínuo ainda é ponto indiscutível, como fica tão evidente no Nosso Futuro Comum ao ser mencionado tantas vezes como fonte de soluções dos problemas do mundo.

É importante ressaltar que a crítica de Daly (2005) não é contra o crescimento econômico em si, mas à obsessão pelo crescimento. Em sua teoria de *steady-state economy* – economia do Estado estável – ele afirma que algumas economias chegam a um ponto que não precisam mais de crescimento econômico contínuo, o qual ele chama de crescimento quantitativo, porém, ainda pode crescer qualitativamente, o que seria o desenvolvimento.

Uma economia que transite para um modelo realmente sustentável deve estar alerta à expansão do crescimento econômico e os limites do ecossistema a sua volta, lembrando que os recursos da ecossfera são limitados. Quando a mania de crescimento faz com que um país continue buscando este objetivo mesmo quando seus benefícios já não são compatíveis com os efeitos negativos, o crescimento se torna maléfico em curto prazo e impossível de manter a longo (DALY, 2005).

E dentro da temática do crescimento econômico há outra característica do modelo de desenvolvimento predominante que precisa ser superado – o qual, talvez, também seja mais uma obsessão – a importância dada ao PIB, o qual pode ser definido como a somatória de todos os bens e serviços produzidos por um Estado. Em qualquer meio midiático é notável como o crescimento desse indicador é celebrado como uma melhoria na qualidade de vida em um país. Embora o apego a tal indicador esteja diretamente ligado aos tempos em que desenvolvimento era sinônimo simplesmente de crescimento econômico, na era do desenvolvimento sustentável ele persiste com a mesma importância.

O norueguês Arne Naess (1998), sobre o PIB, diz que produtos e serviços que podem ter efeitos negativos na sociedade ou no meio ambiente são passíveis de integrarem a lista de formação do PIB. É interessante notar, também, que ações direcionadas a realmente melhorar a qualidade de vida da população, como leis anti-fumo ou campanhas de incentivo ao uso de bicicletas em vias urbanas, podem diminuir a soma final do indicador ao evitar que um grande montante de dinheiro seja gasto com publicidade e venda de cigarros ou carros, assim, deixando claro que a relação entre crescimento do PIB e melhoria da qualidade de vida é ilusória.

A Crença no Progresso e a Associação com o Desenvolvimento

Gilberto Dupas (2006) no capítulo introdutório de seu livro, O mito do progresso, traz inúmeras definições de enciclopédias e dicionários para o termo “progresso”. É interessante notar a constante aparição da palavra desenvolvimento como seu significado, e mesmo que não seja em todas estas definições a ideia de desenvolvimento estabelecida no século XX, é indiscutível que este paradigma – o do desenvolvimento, e conseqüentemente, o de caráter sustentável – é “filho” da ideia de progresso.

Furtado argumenta que a manifestação do desenvolvimento nessa “filiação” ocorre de três maneiras,

O primeiro é a crença arraigada no progresso da razão, implicando a contínua desmistificação do mundo e a melhoria ético-moral do ser humano. O segundo implica a confiança de que o progresso, ao aumentar a riqueza material, redundará no contínuo aumento do bem-estar e da qualidade de vida no seio da sociedade. O terceiro, com forte viés etnocêntrico, se expressa na ideia de que os povos dos países do Sul, considerados como atrasados, poderão ter acesso por um processo de difusão a essa forma superior de criatividade cultural, que é a civilização europeia (apud CASTRO, 2006, p. 3).

Ainda sobre a associação entre desenvolvimento e progresso, Furtado diz:

A literatura sobre o desenvolvimento econômico nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do seu conteúdo se fundam na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual pode ser universalizado o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a

revolução industrial. Os padrões de consumo da minoria da humanidade que atualmente vive nos países altamente industrializados poderão ser acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam a periferia. Essa ideia constitui, seguramente, um prolongamento do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, na qual se criou a atual sociedade industrial (apud VEIGA, 2006, p. 29-30).

Tendo evidenciado a associação entre desenvolvimento e progresso, e voltando a análise de Dupas (2006), podemos discorrer a respeito da crença inabalável da Civilização Ocidental no progresso e as consequências que isso trás. Primeiro, está a crença inquestionável, como um dogma religioso, que denota uma verdade de eterno avanço na qualidade de vida humana, quando isso não acontece. O que vemos é um progresso excludente, concentrador de renda e insustentável. É importante salientar que esse progresso está quase sempre ligado meramente ao avanço tecnológico, científico e produtivo, como se tais condições fossem suficientes para o bem-estar humano, esquecendo os necessários avanços de valores da humanidade.

Esse mesmo progresso científico e tecnológico é responsável pela degradação ambiental a níveis que questionemos o futuro da humanidade, e mais ainda, que vejamos a iminente possibilidade de nos exterminarmos devido aos avanços na área da energia nuclear. Assim, percebemos que progresso tecnocientífico sem progresso de valores pode resultar em um retrocesso na construção de um planeta melhor para se viver.

Portanto, na situação de uma possível catástrofe ambiental global nos anos porvir e de uma crescente desigualdade social e econômica entre países do Norte e do Sul, é indiscutível que a ideia de progresso como conhecemos não é nenhuma verdade indiscutível e deve ser abolida e, conseqüentemente, esse estilo de desenvolvimento, fruto do progresso, também.

Sociedade Industrial, Sociedade Insustentável

No entanto, a crítica à economia moderna, clássica ou sustentável, não fica restrita somente à economia, é concomitantemente uma crítica à sociedade industrial, já que é “[...] hoje regulada, em ampla medida, pelos preceitos dessa ciência. [...] repudiar a economia significa, na verdade, repudiar a sociedade industrial” (SCHWARZ; SCHWARZ, 1990, p. 27).

E repudiá-la não é tarefa fácil do ponto de vista que é nela em que se vive, que se é socializado, e

suas falhas e limites passam na maioria das vezes despercebidos aos olhos. Repudiá-la é ir contra a visão de mundo que se apresenta, conforme Walter e Dorothy Schwarz, argumentando que embora muitas das premissas em que se baseiam essa sociedade estejam doentes ou caducas, elas ainda são consideradas e, por isso, é importante citar algumas delas:

- As grandes organizações (empresas, departamentos governamentais, usinas elétricas, escolas, etc.) produzem melhores resultados que as organizações pequenas.
- Um dos objetivos essenciais dos sistemas econômicos é oferecer a cada unidade familiar pelo menos um emprego remunerado de tempo integral.
- As economias, mesmo que de grande porte, só podem prosperar se continuarem crescendo.
- As sociedades industrializadas constituem o melhor modelo para o resto do mundo e a assistência econômica propicia o desenvolvimento do Terceiro Mundo.
- O principal objetivo da educação é permitir que se consiga um emprego remunerado de tempo integral, a ser mantido por toda a vida.
- A melhor maneira de a sociedade ser mais sadia é haver mais hospitais, mais médicos e mais instrumental médico.
- A terra é fonte inesgotável de matérias-primas e receptáculo infindável de lixo.
- Não se deve misturar a economia de um país e sua ecologia.
- Deus é do sexo masculino.
- O conhecimento só é válido se for cientificamente provado; como critério de ação, a razão vale mais que a emoção (1990, p. 7).

Detalhando mais esse modelo de civilização, podemos citar as principais características, que possivelmente, são as de maior urgência no sentido de superação: visão antropocêntrica; pensamento mecanicista – cartesiano-newtoniano; visão de meio ambiente unicamente como recurso; crença indiscriminada na ciência e tecnologia, e uso de tecnologia inadequada; produção que cria desejos artificiais; consumismo; centralização – grande escala; mania de crescimento econômico; crença em recursos ilimitados; conceito de padrão de vida.

A ideia central da relação antagonista entre homem e natureza na sociedade industrial se dá através do pensamento antropocêntrico, mais ainda na Civilização Ocidental, e dela surge alguns outros aspectos a serem superados. Negar o antropocentrismo é negar a concepção de homem superior ou exterior à natureza, e, portanto, negar o suposto direito de dominação e conquista que o ser humano teria sobre ela, sendo a ideia que

permitiu moralmente toda a extensiva degradação ambiental causada pelo homem.

Embora a tradição judaico-cristã tenha, inicialmente, influenciado o surgimento da visão antropocêntrica, foi só com o advento da ciência moderna que ela se espalha pelo mundo, e se intensifica através da visão de mundo cartesiana, base do paradigma dominante em nossa cultura nos últimos três séculos. Assim, “A concepção cartesiana do universo como sistema mecânico forneceu uma sanção ‘científica’ para a manipulação e a exploração da natureza que se tornaram típicas da cultura ocidental” (CAPRA, 1997, p. 56).

Essa visão mecanicista de universo tira da natureza qualquer aspecto de valor de vida, espiritualidade, ou propósito intrínseco, a não ser o próprio uso a serviço do ser dominante, o ser humano. Da filosofia cartesiana também surge a firme certeza no conhecimento científico, visto como fonte única na busca da verdade. Associada a esta crença está o “determinismo tecnológico”, como assim denomina Fritjof Capra (1997), que seria a fé arraigada em nossa sociedade que o avanço tecnológico pode resolver todos os nossos problemas.

Ainda sobre isto, o que existe é uma tecnologia inadequada não só à sociedade como um todo, pois o que vemos desse excessivo crescimento tecnológico sem o devido avanço no sentido ético e moral, é algo prejudicial ao meio ambiente e à qualidade de vida humana, causando poluição do ar, poluição sonora, estresse físico e psicológico, etc. Mas também vemos, principalmente, tecnologias inadequadas às diferentes culturas e ecossistemas, tendo sido elaborados nos países dominantes no cenário internacional, e, por isso, vistos como as melhores opções em qualquer situação. Acerca disso, Capra diz:

Combinada com o modelo mecanicista do universo [...] essa atitude produziu uma tecnologia malsã e inumana; uma tecnologia em que o habitat natural, orgânico, de seres humanos complexos é substituído por um meio ambiente simplificado, sintético e pré-fabricado. Essa tecnologia tem por meta o controle, a produção em massa e a padronização, e está sujeita, a maior parte do tempo, a uma administração centralizada que busca a ilusão de um crescimento ilimitado (1997, p. 41).

Aproveitando a menção acima acerca da administração centralizada, chega-se a outra característica da sociedade industrial a ser superado: a centralização e a grande escala. Assim como determinada tecnologia, fruto das mais avançadas pesquisas de ponta, pode não ser a

opção mais viável a certa comunidade, grandes empreendimentos, empresas, usinas, fábricas, com administrações pouco participativas, podem também não ser. Não é sua dimensão, nem sua centralização organizacional que as qualifica. Essa idolatria do gigantismo leva grandes companhias a se assimilarem a máquinas, perdendo qualquer caráter humano, buscando apenas metas de produção e lucro (CAPRA, 1997).

Outra característica diz respeito ao sistema de produção focado no desejo e no consumismo. Para manter o crescimento econômico, o sistema incentiva o alto consumo, o qual pode acarretar problemas sociais e ambientais. O alto consumo, por sua vez, é incentivado pelos meios de produção através da publicidade que cria desejos artificiais, longe de preocuparem-se com a satisfação de necessidades básicas ou estabelecer um consumo equilibrado.

A última das características a se destacar é o conceito de padrão de vida. Como o termo já afirma, padronizando o modo de viver em sociedade, delimitando como é a forma certa de viver, e mais que isso, essa delimitação ocorre considerando apenas objetivos materiais, quantificando o bem-estar, o que não é adequado ou mesmo possível (NAESS, 1998).

Há outras características em nossa sociedade que devem ser reexaminadas, a exemplo da homogeneização cultural proveniente também dessa padronização da vida, da disseminação, ou até imposição, do *way of life* dos países dominantes através da globalização que acabam entrando em choque com valores e culturas de outros países. Há também a promoção do comportamento competitivo como abordagem única de sobrevivência, tendo raízes na concepção errônea da natureza defendida pelos darwinistas sociais, gerando um ideal de convivência agressiva, em detrimento de atitudes mais cooperacionais (CAPRA, 1997).

Porém, dentre todos os preceitos e valores incontestáveis da sociedade industrial, talvez o mais indiscutível e, com certeza, o menos percebido, é a tecnocracia, o ápice de integração organizacional das sociedades industriais. Theodore Roszak (1972) diz que, comumente, as pessoas veem tal sociedade como aquela que alcança o mais alto grau de modernização e racionalização, em que tudo se torna técnico, objeto de atenção profissional, é o regime dos especialistas. Assim, podemos definir a tecnocracia:

[...] como aquela sociedade na qual os governantes justificam-se invocando especialistas técnicos, que, por sua vez, justificam-se invocando

formas científicas de conhecimento. E além da autoridade da ciência não cabe recurso algum. Compreendida nesses termos, como o produto amadurecido do progresso tecnológico e do ethos científico, a tecnocracia escapa a todas as categorias políticas tradicionais (ROSZAK, 1972, p. 21).

Portanto, não importa qual das ideologias políticas contemporâneas vistas como alternativas de modelo de sociedade, integrando o ideário capitalista ou socialista, conservadores ou liberais, ou qual denominação tenha, a tecnocracia é antes de tudo produto de um industrialismo maduro e em aceleração, é visto como um imponente cultural indiscutível. A forma de dominação e controle de regimes totalitários é geralmente bem identificável, no entanto, o totalitarismo da tecnocracia é sutil e cada vez mais subliminar. Ela nos explora e manipula através da segurança e bens materiais nos dado pela ciência, e, especialmente, pela lealdade no cientificismo, aqui já discutida (ROSZAK, 1972).

É nesse estágio em que os valores da sociedade industrial a serem superados se manifestam de forma mais contundente, porém menos visível. No regime dos especialistas, em que devido a escala e complexidade da vida humana tudo “[...] aspira a tornar-se puramente técnico, objeto de atenção profissional” (ROSZAK, 1972, p 20), o cidadão comum, diante de tamanha complexidade, perde o controle de sua própria vida, delegando todas as questões a peritos. Os indivíduos não se tornam mais interdependentes nessa sociedade, já que ela é gradativamente mais inumana e mecânica, apenas se tornam menos autossustentáveis.

Portanto, diante das limitações do desenvolvimento sustentável como proposta de formação de políticas e ideias socialmente e ambientalmente sustentáveis, devido a estar ainda bastante submetida às premissas e valores da economia clássica, tais como a obsessão pelo crescimento contínuo e o ilusório progresso ininterrupto, além de legitimar características insustentáveis da sociedade industrial, a exemplo da visão de meio ambiente unicamente como recurso, nota-se a necessidade de mudanças mais profundas e o intuito de substituir essa sociedade insustentável. E através da ecologia profunda surge um movimento que se propõe a tais objetivos.

Sociedade Sustentável: Desenvolvimento x Ecologia Profunda

O item a seguir irá abordar a ecologia profunda como fundamentação teórica para a

análise da sociedade sustentável, expondo os principais valores e premissas desta em oposição aos da sociedade industrial. Nesse contexto, será aprofundada a dimensão da economia de acordo com esse paradigma, abordando questões como necessidades humanas e a urgência de novos indicadores.

Ecologia Profunda

Com a crescente deterioração do ambiente natural no último século, e uma maior percepção do homem acerca da sua relação destrutiva com o meio que o cerca, o movimento ambiental ganha força e se estabelece para repensar as características e consequências da relação ser humano e natureza. Nos anos 70 surgiu um pensamento dentro do movimento ambientalista que propõe uma transformação mais acentuada de nosso modelo de sociedade e da visão utilitarista da natureza, pois acreditava que as mudanças propostas dentro do movimento ambientalista até então não eram suficientes, eram “rasas”. Sendo a problemática da relação homem-natureza sistêmica, estrutural, fruto da sua base de valores, somente uma mudança “profunda” poderia refletir a direção de um caminho sustentável para a sociedade.

Esse pensamento era conhecido como ecofilosofia, o qual difere da ecologia por essa ser apenas uma ciência, e embora a ecofilosofia tenha sido inspirada pela ecologia, a primeira não deriva da última. Assim, a ecofilosofia propõe ir além do estudo específico e técnico, e busca analisar o papel do ser humano na natureza de forma mais abrangente, considerando todos os ângulos e formas de conhecimento, próprio do método filosófico (NAESS, 1998).

Assim, na concepção da ecofilosofia há a ecologia profunda, fundada pelo norueguês Arne Naess na década de 70. Uma definição clara da distinção entre ecologia profunda e o que poderia ser considerada ecologia rasa é dada por Capra:

A ecologia rasa é antropocêntrica. Considera que o homem como fonte de todo valor, está acima ou fora da natureza, atribui a esta apenas um valor instrumental ou utilitário. E ecologia profunda não separa o homem do ambiente; na verdade, não separa nada do ambiente. Não vê o mundo como uma coleção de objetos isolados e sim como uma rede de fenômenos indissolúvelmente interligados e interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e encara o homem como apenas um dos filamentos da teia da vida. Reconhece que estamos todos inseridos nos processos cíclicos da natureza e que deles dependemos para viver (2003, p. 20).

Na ecologia rasa estariam todas as correntes conservacionistas, ou de desenvolvimento baseado em valores antropocêntricos. Já a ecologia profunda se estrutura em valores ecocêntricos. É de extrema relevância essa distinção, pois é a concepção ecocêntrica que torna o movimento da ecologia profunda uma filosofia tão única, e, principalmente, é nos valores antropocêntricos ou ecocêntricos que se estrutura todo o código moral e o comportamento da sociedade industrial ou de uma nova sociedade sustentável, respectivamente.

O movimento da ecologia profunda ainda é pouco conhecido nos dias de hoje, no entanto, parte de seu ideário já se mistura com a de outras correntes ambientalistas, portanto, embora sejam poucos os claramente adeptos deste movimento, é comum encontrar outros teóricos com ideias similares às inovadoras, e aparentemente radicais, alternativas da ecologia profunda.

E para reunir os apoiadores da ecologia profunda em torno de um conjunto de ideias básicas dentre as visões gerais que eles tenham em comum, Naess elabora, junto com George Sessions, a plataforma da ecologia profunda, contendo oito pontos:

- (1) O florescer da vida humana e não humana na Terra tem valor intrínseco. O valor das formas de vida não humanas não depende da utilidade que possam ter para propósitos humanos.
- (2) A riqueza e diversidade das formas de vida têm valores nelas mesmas e contribuem para o florescimento da vida humana e não humana na Terra.
- (3) Os seres humanos não têm o direito de reduzir tal riqueza e diversidade a não ser para satisfazer necessidades vitais.
- (4) A atual interferência humana no mundo não humano é excessiva, e a situação está rapidamente piorando.
- (5) O florescimento da vida humana e das culturas é compatível com uma redução substancial da população humana. A prosperidade da vida não humana requer tal redução.
- (6) Mudanças significativas para melhores condições de vida requerem mudanças nas políticas. Isso afeta as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas básicas.
- (7) A mudança ideológica é principalmente na apreciação da qualidade de vida em lugar da busca pela elevação do padrão de vida. Existe uma profunda diferença entre “maior” e “melhor”.
- (8) Aqueles que subscrevem estes pontos têm a obrigação de, diretamente ou indiretamente, participar na tentativa de implementar as

necessárias mudanças (NAESS, 1998, p.29, tradução nossa).¹

É importante explicar alguns pontos. No primeiro deles e subsequentes, o termo ‘vida’ não se restringe unicamente ao senso biológico, mas também a todas aquelas coisas que são consideradas como não vivas, a exemplo de rios ou ecossistemas. Assim, o termo mais apropriado para nos referirmos às formas de vida é *ecosfera* e não *biosfera*. E as espécies mais simples e primitivas de seres da *ecosfera* contribuem para a riqueza e diversidade da vida, tendo valor em si mesmos e não sendo meros passos em direção a uma forma de vida chamada mais evoluída (NAESS, 1998).

Embora o terceiro ponto pareça demasiado forte, Naess (1998) argumenta que considerando as tantas proclamações irresponsavelmente ecológicas de direitos humanos, afirmar a respeito do que não temos direito parece ser uma atitude sóbria. No termo ‘necessidade vitais’, por ser um tanto vago, devem ser consideradas todas as variantes climáticas, culturais, estruturais de cada sociedade em particular para defini-las. Porém, outro termo criticado por ser aparentemente vago, ‘qualidade de vida’, só o é porque leva em consideração apenas a natureza não-quantificável da expressão, e, obviamente, a qualidade de vida não pode ser quantificada. A concepção de qualidade de vida está mais interessada em questões abstratas, como o que é significativo ou valioso para um estilo de vida justificável eticamente.

No entendimento da ecologia profunda é, também, relevante compreender do que se trata a “*ecosofia*”, palavra criada por Naess para definir não um campo de estudo, o qual seria a *ecofilosofia*, por exemplo, mas um ponto de vista,

¹ No original lê-se: “(1) The flourishing of human and non-human life on Earth has intrinsic value. The value of non-human life forms is independent of the usefulness these may have for narrow human purposes. (2) Richness and diversity of life forms are values in themselves and contribute to the flourishing of human and non-human life on Earth. (3) Humans have no right to reduce this richness and diversity except to satisfy vital needs. (4) Present human interference with the non-human world is excessive, and the situation is rapidly worsening. (5) The flourishing of human life and cultures is compatible with a substantial decrease of the human population. The flourishing of non-human life requires such a decrease. (6) Significant change of life conditions for the better requires change in policies. These affect basic economic, technological, and ideological structures. (7) The ideological change is mainly is that of appreciating *life quality* rather than adhering to a high standard of living. There will be a profound awareness of the difference between big and great. (8) Those who subscribe to the foregoing points have an obligation directly or indirectly to participate in the attempt to implement the necessary changes.”

ou seja, uma filosofia pessoal. Então a ecosofia se torna:

[...] uma visão de mundo filosófica ou um sistema inspirado pelas condições de vida na ecosfera. Ela deveria, então, ser capaz de servir como uma base filosófica individual para a aceitação dos princípios ou plataforma da ecologia profunda [...] (NAESS, 1998, p. 38, tradução nossa).²

Assim, tendo definido a base do pensamento da ecologia profunda, e considerando os estudos de importantes teóricos dessa ecofilosofia, como Arne Naess e Fritjof Capra, entre outros, é possível estabelecer as principais características de uma sociedade baseada em parâmetros ecocêntricos, em que a sustentabilidade não ficaria restrita a metas de desenvolvimento, mas sendo um componente essencial no conjunto de valores centrais da humanidade.

Sociedade Sustentável: Além do Desenvolvimento

De acordo com Fritjof Capra (1997) a civilização está passando por uma fase de transição histórica, e neste momento se presenciaria o declínio da Era Industrial. Porém, antes de ser entendido como e porque ocorre esse processo de transição, é importante integrar tal análise a uma perspectiva abrangente no contexto da evolução cultural humana.

As transformações culturais das civilizações são etapas cruciais para o desenvolvimento destas, e é consenso entre inúmeros filósofos, como os de tradição chinesa, Heráclito na Grécia, Saint-Simon, Herbert Spencer, Hegel, que existe um ritmo universal cíclico de ascensão e declínio de civilizações (CAPRA, 1997).

E considerando as análises daqueles que estudam os padrões de criação e desintegração civilizatórios, como Arnold Toynbee e Pitirim Sorokin, fica mais claro que a situação atual ajusta-se a esses padrões de mudança cultural, e que as crises de ordem natural, social e ideológica da sociedade contemporânea são parte de uma fase de transição, como outras que ocorreram em ciclos anteriores da história humana. Contudo, a transformação dessa sociedade poderá ser mais dramática do que outras, pois as mudanças

ocorrem em ritmo muito mais rápido e a alcance mais amplo, a nível global (CAPRA, 1997).

Essa grande transição ocorre através da confluência de diversas transições subjacentes ao meio natural e social. Dentre as transições que ocorrem na Era Industrial, Capra (1997) delimita três como as que abalarão os alicerces do sistema social, político e econômico contemporâneo.

A primeira é o lento declínio do patriarcado. Por cerca de três mil anos a maioria das culturas de nosso planeta têm se sustentado em sistemas filosóficos em que os homens possuem o domínio das decisões em todas as esferas da vida, cabendo às mulheres somente aceitar essa submissão. O patriarcado tem influenciado as ideias mais básicas sobre a natureza do ser humano e a relação deste com o universo. No entanto, com o surgimento do feminismo, esse sistema, que até tempos recentes nunca tinha sido desafiado, está próximo a um fim (CAPRA, 1997).

A segunda é o declínio da era do combustível fóssil. O carvão, o gás natural e o petróleo têm sido as principais fontes energéticas da era industrial, e antes mesmo que as reservas destes possam ser esgotadas, a perspectiva é que passemos a uma era de energia renovável, principalmente oriunda do sol, assim, passando para uma era solar. Tais transformações envolverão mudanças radicais em nossos sistemas políticos e econômicos (CAPRA, 1997).

E por fim, a terceira transição refere-se a valores culturais, a uma mudança de paradigma. O paradigma contemporâneo é fruto da revolução científica, do Iluminismo e da Revolução Industrial, e incluem características como a crença no método científico como única forma válida de conhecimento; crença do progresso material ilimitado, alcançado através de crescimento material econômico e tecnológico; a visão mecanicista da vida; e, além disso, a concepção da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência. E sobre isso, Capra afirma que:

Necessitamos, a fim de nos prepararmos para a grande transição em que estamos prestes a ingressar, de um profundo reexame das principais premissas e valores de nossa cultura, de uma rejeição daqueles modelos conceituais que duraram mais do que sua utilidade justificava, e de um novo reconhecimento de alguns valores descartados em períodos anteriores de nossa história cultural. Uma tão profunda e completa mudança na mentalidade da cultura ocidental deve ser naturalmente acompanhada de uma igualmente profunda alteração nas organizações sociais e formas de organização social [...] (1997, p. 31).

² No original lê-se: “[...] a philosophical world-view or system inspired by the conditions of life in the ecosphere. It should then be able to serve as an individual’s philosophical grounding for acceptance of the principles or platform of deep ecology [...]”

Já foi discutido anteriormente neste trabalho algumas das premissas e valores culturais a serem reexaminadas, agora é possível estabelecer um contraponto destas com as possíveis premissas e valores da sociedade sustentável de acordo com o pensamento da ecologia profunda.

O ecocentrismo e o direito a existência intrínseco dos seres vivos são, provavelmente, as duas contribuições mais inovadoras dessa filosofia para a formação da sociedade sustentável, e são a base de todos seus outros preceitos. Contudo, uma mudança importante também ocorre com a substituição do pensamento mecanicista para o pensamento holístico. Ambas tiveram origem no sistema teórico das ciências exatas, como a física, e posteriormente, cada uma a sua época acabaram influenciando a metodologia de outras ciências, inclusive as humanas. E sobre isto, Capra diz:

Em contraste com a concepção mecanicista cartesiana, a visão de mundo que está surgindo a partir da física moderna pode caracterizar-se por palavras como orgânica, holística e ecológica. Pode ser também denominada visão sistemática, no sentido da teoria geral dos sistemas. O universo deixa de ser visto como uma máquina, composta de uma infinidade de objetos, para ser descrito como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão essencialmente inter-relacionadas e só podem ser entendidas como modelos de um processo cósmico (1997, p. 72).

Esse novo paradigma, a consciência do estado de inter-relação e interdependência entre todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, culturais e sociais – está interessado nas relações e processos de integração e organização para compreender a vida, o sistema social, a cultura e tudo no universo, pois a abordagem não pode ser redutível, analisando apenas as unidades, mas sim holística, analisando o todo. A concepção sistêmica acaba colocando o homem de volta ao seu lugar, pertencente à teia da vida, integrado com a natureza, como todas as coisas (CAPRA, 1997).

Outra contribuição do pensamento sistêmico é que “[...] a física do século XX mostrou-nos de maneira convincente que não existe verdade absoluta na ciência, que todos os conceitos e teorias são limitados e aproximados” (CAPRA, 1997, p. 53). Isso põe um fim ao cientificismo, ou seja, na crença inquestionável do

conhecimento científico, base da filosofia cartesiana, e conseqüentemente, também põe um fim na fé inabalável do progresso tecnológico como eterno salvador dos problemas que a humanidade possa enfrentar.

Assim, é necessário entender que o avanço de uma tecnologia implica no desenvolvimento da estrutura de um padrão cultural, e se o avanço dessa tecnologia não contribui para essa estrutura ela deve ser rejeitada. Não existe progresso tecnológico puro, ele é sempre parte do desenvolvimento humano, portanto, é necessário considerar os valores e objetivos morais de determinada sociedade para seu uso. Assim, toda tecnologia deve ser culturalmente testada (NAESS, 1997).

As tecnologias suaves levam em consideração a cultura e ecossistema locais das populações para seu uso e desenvolvimento, e busca o máximo de equilíbrio na redução de interferência na natureza e a satisfação das necessidades humanas vitais. Exemplos de tecnologias suaves são a permacultura; as energias limpas, como solar, eólica, biogás; os processos de reciclagem; nos transportes o exemplo mais emblemático é o das bicicletas (NAESS, 1997).

Um grande defensor das tecnologias adequadas foi E. F. Schumacher, autor de “Small is Beautiful”. Para ele, as tecnologias adequadas e a descentralização e pequena escala dos meios de produção e organizações aumenta a autonomia local, empoderando mais as comunidades. Em vez da produção em massa, ele defende a “produção das massas”, e o objetivo de trazer de volta as atividades econômicas e sociais a uma escala mais humana e sustentável, buscando a autogestão, auto-organização, autossuficiência (NAESS, 1997).

Ao reexaminar conceitos de progresso tecnológico, meios de produção e escala produtiva se torna apropriado discutir os novos aspectos gerais das atividades econômicas de acordo com a ecologia profunda. Embora diversas outras ciências sociais mereçam sua análise aprofundada e integrada, o que é do caráter holístico da ecologia profunda, focaremos apenas na economia, pois grande parte das sessões anteriores deste trabalho faz uma análise do papel desta ciência na sociedade industrial.

Sociedade Industrial	Sociedade Sustentável
Antropocentrismo	Ecocentrismo
Pensamento mecanicista (cartesiano-newtoniano)	Pensamento holístico (sistêmico)
Visão de meio ambiente unicamente como recurso	Seres vivos têm direito à existência independente de seu valor de uso
Crença indiscriminada na ciência e tecnologia, e uso de tecnologia inadequada	Tecnologia e ciência não são únicas fontes de soluções para o mundo – tecnologia adequada
Produção que cria desejos artificiais e consumismo	Necessidade humana – reciclagem – simplicidade voluntária
Centralização – grande escala	Descentralização – pequena escala (autogestão, auto-organização, autossuficiente)
Mania de crescimento econômico	Sustentabilidade
Crença em recursos ilimitados	Recursos finitos
Padrão de vida	Qualidade de vida

Quadro 1 – Comparação de premissas e valores. Elaboração própria a partir de: Naess (2008); Capra (2007).

A Nova Economia da Sociedade Sustentável

A nova economia pode se definida da seguinte maneira:

Trata-se de uma economia em escala humana e centrada no humano – logo, oferece uma perspectiva nova. No primeiro plano estão pessoas, e não consumidores ou produtores; como pano de fundo, está um meio ambiente ecologicamente viável. O trabalho é visto como atividade humana, e não como um produto denominado mão-de-obra (SCHWARZ; SCHWARZ, 1990, p. 27).

Uma das principais mudanças de passagem a uma nova economia mais sustentável e holística é o abandono da idéia que a ciência econômica deve ser isenta de valores. A base de uma sociedade é o seu sistema de valores, e a evolução desta sociedade está intimamente ligada a evolução do seu sistema de ciências sociais, entre elas a economia. A inclusão dos valores não abstrai o rigor científico, ao contrário, ignorá-los é negligenciar uma variável determinante nas análises teóricas de qualquer ciência social (CAPRA, 1997).

Assim, a economia da sociedade sustentável deve ser sistêmica, e de acordo com essa concepção “[...] a economia é um sistema vivo composto de seres humanos e organizações sociais em contínua ação entre si e com os ecossistemas circundantes de que nossas vidas dependem” (CAPRA, 1997, p. 381). Isso implica que a abordagem econômica deve ser multidisciplinar, e não mais a cargo unicamente dos economistas, portanto, em conjunto deve haver contribuições da ecologia, sociologia, ciência política, psicologia, antropologia e outras disciplinas, principalmente quando se trata de modelos macroeconômicos.

O objetivo dessa nova economia é torná-la mais humanista, valorizar as aspirações humanas e integrá-las ao ecossistema global. Para isso é preciso adequar a economia às premissas e valores da sociedade sustentável, e reexaminar vários de seus conceitos, como produtividade, lucro, eficiência, trabalho, consumo, entre outros, a uma visão mais centrada no humano, e não somente no mercado ou na produção.

É inevitável a revisão dos conceitos de demanda, consumo e produção rumo a uma sociedade sustentável. Anteriormente nesse estudo discutiu-se como o padrão de consumo e produção da sociedade industrial é insustentável, a produção que foca muito mais na criação de desejos inúteis à comunidade, à biorregião e ao mundo, do que à satisfação de necessidades vitais humanas, e o conseqüente comportamento antiecológico do consumismo exagerado após a satisfação desses desejos.

O conceito de demanda de mercado representando a medida de sugestão das necessidades humanas também é quase irreal. Por exemplo, certas áreas do continente africano não têm demanda de mercado alguma, contudo, não é porque essas populações não têm necessidades, mas porque não têm dinheiro (NAESS, 1998).

Na sociedade sustentável o foco deve voltar a ser as necessidades humanas, a oferta de bens e serviços que as comunidades precisem e sejam por muito tempo úteis, e, também, o consumo adequado destes bens e serviços melhorando a qualidade de vida, e não daquilo que possam ser induzidos a comprar no intuito de elevar um padrão de vida ilusório.

Entretanto, a discussão acerca das necessidades humanas tende a ser um tanto confusa ou complicada, porque, segundo Manfred Max-Neef (1991), é comum a concepção

imprecisa que as necessidades humanas são infinitas, mudam o tempo todo, e são diferentes em cada cultura ou meio ambiente. Também são inexatas as diferenças entre o que é necessidade e aquilo que satisfaz essas necessidades.

Ao analisar a visão de Max-Neef sobre satisfação das necessidades humanas, é importante entender em que contexto teórico se dá essa visão. Ele propõe um novo procedimento chamado “Desenvolvimento em Escala Humana”, o qual:

[...] é focado e baseado na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de auto-suficiência, e na construção de articulações orgânicas de pessoas com a natureza e tecnologia, de processos globais com atividades locais, do pessoal com o social, de planejamento com autonomia e da sociedade civil com o Estado (1991, p. 8).

O intuito, de acordo com Max-Neef (1991), é empoderar a sociedade civil no planejamento do seu próprio desenvolvimento. E em um de seus pilares, a satisfação das necessidades humanas, é preciso uma nova aproximação da realidade, só uma análise transdisciplinar pode compreender e tornar a teoria funcional.

As necessidades humanas devem ser entendidas como um sistema, todas são interrelacionadas e interativas, e não há hierarquias entre elas, com exceção da própria subsistência, ou seja, manter-se vivo. Elas são finitas, poucas, classificáveis, e imutáveis, não mudam de acordo com o período histórico ou culturas distintas, o que muda são os meios ou modos para satisfazê-las. Assim, uma pessoa que pertence a uma sociedade austera e outra em uma consumista possuem as mesmas necessidades, porém são satisfeitas em níveis e intensidades diferentes. Uma mudança cultural pode substituir os elementos satisfatores tradicionais, entretanto, não mudam as necessidades fundamentais. (MAX-NEEF, 1991).

Compreendidos alguns aspectos, é possível a observação da matriz criada por Max-Neef em que estariam todos os tipos de necessidades humanas e suas interações:

Assim, Max-Neef define dois tipos de necessidades, as existenciais – ser, ter, fazer e estar – e as axiológicas – subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, ócio e criação. Em uma matriz criada por Max-Neef, essas duas categorias interagem entre si, então, por exemplo, os elementos satisfatores entre “proteção” e “ter” podem ser seguro social, poupança, sistema de saúde, família, entre outros.

Segundo Max-Neef (1991), essa matriz não é normativa, tampouco conclusiva. Os tipos de satisfatores são exemplos, os quais podem variar de acordo com a cultura e período histórico. Ela serve para propósitos analíticos em diversos grupos de diferentes países, e permite alcançar o entendimento de problemas centrais que impedem a realização das necessidades humanas fundamentais.

Outros Indicadores

A discussão em torno de produção e consumo leva à discussão da importância dada na sociedade industrial à medição desses itens como indicadores de progresso humano, representados principalmente pelo PIB. Todavia, como já visto neste trabalho, o PIB é um indicador inadequado para medir qualidade de vida, desenvolvimento social ou sustentabilidade ecológica. Dessa maneira, se torna crucial na formação de uma sociedade sustentável criar indicadores mais apropriados.

Desde a Rio-92 inúmeras ONGs, instituições acadêmicas, organizações do sistema das Nações Unidas e governos nacionais vêm trabalhando nessa questão, e já existem diversas alternativas ao PIB. Alguns indicadores se propõem a expandir os índices de atuação dos indicadores tradicionais, outros têm o foco mais no nível de sustentabilidade ambiental ou de qualidade de vida das nações. A seguir serão apresentados alguns deles de forma mais descritiva, não procurando aprofundar a eficácia ou limites destes.

Ainda semelhantes ao PIB, porém agregando as atividades econômicas convencionais com elementos sociais e ambientais, e considerando como cada um implica negativamente ou positivamente para o bem-estar da nação, estão o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável – ISEW - Index of Sustainable Economic Welfare, criado pelas organizações Amigos da Terra, Centre for Environmental Strategy – CES, e New Economics Foundation – NEF, e o Genuine Savings do Banco Mundial. Ainda nessa linha, há um indicador nacional promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, denominado Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil – IDS (LOUETTE, 2007).

Seguindo para uma linha mais focada ou exclusivamente na sustentabilidade ambiental, há alguns indicadores de extrema relevância, como a Pegada Ecológica, criada por pesquisadores da universidade de British Columbia, no Canadá, e hoje gerenciada pela Global Footprint Network, e o Índice de Sustentabilidade Ambiental – ESI -

Environmental Sustainability Index, de criação da Yale Center for Environmental Law and Policy e do Center for International Earth Science Information Network. (LOUETTE, 2007).

É importante mencionar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, proposto pelo PNUD, pois mesmo não incluindo entre seu conjunto de indicadores qualquer efeito de caráter ambiental, ele se tornou referência mundial a partir da década de 90 e abriu caminho para a aceitação de inúmeros outros indicadores alternativos ao PIB concentrados na análise da qualidade de vida.

Entretanto, um indicador que se destaca entre todos por sua ampla inovação é o de Felicidade Interna Bruta – FIB, instituída pelo governo do Butão, se destaca também por ter se tornado o principal índice de medição da melhoria de vida deste país, estando até mesmo na sua constituição a responsabilidade em utilizá-lo. O conceito de felicidade pode parecer vago demais, porém a referência aqui é baseada no Budismo, e utiliza nove dimensões para se alcançar a felicidade: bem-estar psicológico, uso do tempo, vitalidade da comunidade, cultura, saúde, educação, diversidade do meio-ambiente, qualidade de vida e governança. Através de 72 indicadores divididos nas nove dimensões, o FIB propõe uma reflexão sobre valores, e a mais completa possível definição de padrões para orientar as políticas públicas do país (LOUETTE, 2007).

Ainda existem muitos outros indicadores alternativos ao PIB e muita pesquisa ainda está sendo feita para melhorá-los, e apesar da falta de consenso em torno de um único ou alguns poucos índices, nota-se que o movimento em torno do objetivo de encontrar formas mais adequadas de medir o desempenho qualitativo da sociedade está em franca expansão.

Considerações Finais

O desenvolvimento sustentável foi, de fato, um avanço conceitual na teoria econômica, e tem contribuído para guiar as políticas públicas de inúmeros Estados rumo ao equilíbrio das ações antrópicas com o meio ambiente. Através do panorama teórico exposto pelo relatório Nosso Futuro Comum permitiu-se que a maioria dos debates, projetos políticos e conferências acontecessem em volta de uma mesma estrutura teórica acerca do desenvolvimento sustentável, e facilitasse a sua precisão e aplicação.

Todavia, a definição apresentada por esse relatório, a mais aceita dentre as definições de desenvolvimento sustentável, é vaga e imprecisa,

e de acordo com ela a procura pelo lucro e o crescimento econômico continuam sendo a melhor opção para alcançar o bem-estar social. O que demonstra que o foco ainda é estritamente econômico, e isto não condiz com a necessária análise multidisciplinar da questão.

Assim, é patente que o paradigma do desenvolvimento sustentável mantém muito dos preceitos inadequados da teoria econômica clássica e suas obsessões por crescimento contínuo, a fé inabalável no progresso, e a crença ilusória do PIB como termômetro de bem-estar social.

E a crítica à economia moderna, clássica ou sustentável, não fica restrita somente à economia, é concomitantemente uma crítica à sociedade industrial, já que é regulada, em ampla medida, pelos preceitos dessa ciência, e é neste ponto que o desenvolvimento sustentável indica sua inerente limitação, pois são as premissas e valores desse modelo de sociedade que o torna insustentável, e, portanto devem ser superados. Estando o desenvolvimento sustentável submetido a esse conjunto de valores, ele, conseqüentemente, é incapaz de gerar as mudanças precisas para evitar as catástrofes ambientais possíveis nos anos porvir.

O que esse conjunto de valores e premissas tem em comum é a visão antropocêntrica do mundo, portanto, só uma mudança que se proponha a substituir as características insustentáveis da sociedade industrial é capaz de fornecer um caminho mais adequado a ser trilhado pela humanidade. A sociedade sustentável sob a ótica da ecologia profunda, não só é uma alternativa mais adequada para harmonia e qualidade de vida na Terra, mas também é uma necessidade em uma época de extensivas degradações ambientais e de transição cultural.

Isso se dá pela substituição da visão antropocêntrica para uma ecocêntrica, em que o ser humano está inserido na natureza, e embora se reconheça as peculiaridades que o destaca entre outros seres vivos, também se reconhece o valor intrínseco de cada ser da ecosfera, e, assim, realmente há a garantia de sustentabilidade não restrita a metas de desenvolvimento, mas sendo um componente essencial no conjunto de valores centrais da humanidade.

Referências

CAPRA, F. 1997. **O ponto de mutação**. 20. ed. São Paulo: Cultrix,

- CASTRO, M. 2007. **Desenvolvimento Sustentável**: o debate teórico e importância e políticas públicas na Amazônia. Tese de livre docência. ESALQ-USP.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). 1991. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- DALY, Herman E. Economics in a full world. In. **Scientific American**, vol. 293, 2005. Disponível em: <http://sef.umd.edu/files/ScientificAmerican_Daly_05.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2010.
- DUPAS, Gilberto. 2006. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora UNESP.
- LOUETTE, A. (org). 2007. **Indicadores das Nações**: uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade: Gestão do Conhecimento. São Paulo: WHH – Willis Harman House.
- MAX-NEEF, M.A. 1991. **Human Scale Development**: Conception, application and further reflections. Nova Iorque: The Apex Press.
- NAESS, A. 1998. **Ecology, community and lifestyle**. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROSZAK, T. 1972. **A Contracultura**. Petrópolis: Vozes.
- SACHS, I. 2004. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. 2007. **Rumo à Ecosocioeconomia**: Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez.
- SCHWARZ, W.; SCHWARZ, D. 1990. **Ecologia**: Alternativa para o futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VEIGA, J. E. 2006. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond.